

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº , de 2015

(Deputados Zé Carlos e Odorico Monteiro)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR e da Comissão de Educação, com o objetivo de conhecer a proposta metodológica da Pedagogia da Alternância e debater o **“Estado da Arte do Movimento CEFFAS no Brasil”**.

Senhor Presidente,

Requeremos, amparados pelos artigos 24, III , 32, XVII do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Educação e Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –CAPADR, com o objetivo de debater o **“Estado da Arte do Movimento CEFFAS no Brasil”**, a ser realizada em data acertada com Vossa Excelência.

JUSTIFICATIVA

A vida no campo também ensina. Esse é o preceito básico da Pedagogia de Alternância, proposta usada em áreas rurais para mesclar períodos em regime de internato na escola com outras em casa. Por 30 anos, a receita foi aplicada no Brasil pelas associações comunitárias sem reconhecimento oficial. Agora, o Ministério da Educação (MEC) não apenas aceita a Alternância como quer vê-la ainda mais disseminadas.

A metodologia foi criada por camponeses da França em 1935. O objetivo era evitar que os filhos de camponeses passassem a maior parte do tempo do dia em deslocamento –ida e vinda- à escola. Ou que tivessem de ser enviados de vez para morar em centros urbanos. No Brasil, a iniciativa chegou com a missão jesuíta, no Espírito Santo,

em 1969. Logo se espalhou por 20 Estados, em áreas onde o transporte escolar é difícil e a maioria dos pais trabalha no campo. Os alunos têm as disciplinas regulares do currículo do Ensino Fundamental e do Médio, além de outras voltadas à agropecuária. Quando retorna, para casa, devem desenvolver projetos e aplicar as técnicas aprendidas em hortas, pomares e criações.

Registramos, ainda, que na década de 80, no Estado de Alagoas e sem nenhuma vinculação com o movimento das EFAs, foram criadas as Casas Familiares Rurais (CFRs). Atualmente existe, em nossa sociedade, oito diferentes Centros de Formação por Alternância (CEFFAs). Para Silvia & Queiroz (2006), essas duas experiências além de mais antigas, foram os Centros que, de certa maneira, influenciaram diretamente a implantação dos outros seis CEFFAs.

Cabe esclarecer que as Escolas Comunitárias Rurais e as Escolas de Assentamento, no Espírito Santo, bem como as três Escolas Técnicas Estaduais, no Estado de São Paulo, foram influenciadas e assumiram muitas características das EFAs. O PROJOVEM, em São Paulo, as Casas das Famílias Rurais, na Bahia e Pernambuco, e o CEDEJOR, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, se espelharam nas Casas Familiares Rurais para a sua implantação” (Silva & Queiróz, 2006). Também, que apesar de suas diferenças, os CEFFAs têm na pedagogia da alternância o princípio fundamental e norteador de seus projetos educativos. Tal princípio implica em um processo de formação que articula períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar. Alterna-se, assim, a formação técnica na propriedade com a formação teórica geral na escola que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária (Silva, 2003).

A proposta ganhou espaço na Educação formal com a aprovação do Parecer nº 36 de 2001 e a Resolução nº 01 de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo, reconhecendo o papel estratégico da educação para o desenvolvimento rural sustentável dos estados e municípios. Com isso, reafirma-se o papel que ocupa a Educação do Campo como indutor do desenvolvimento do meio rural. Esses instrumentos normativos foram conquistas dos movimentos sociais e apoiadores.

Objetivando, pois, que os membros da Comissão de Agricultura, Pecuária,

Abastecimento e Desenvolvimento Rural e, também, da Comissão de Educação, possam conhecer com mais profundidade a proposta metodológica da Pedagogia da Alternância e o “Estado da Arte do Movimento CEFFAS no Brasil”, sugerimos convidar para esta audiência pública as representações abaixo-relacionadas:

- Secretária Executiva do MDA, Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho;
- Secretário Substituto de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC), Sr. Adriano Almeida Dani;
- Presidente da CONTAG, Sr. Alberto Ercílio Broch;
- Presidente da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil;
- Representante da Associação das Casas Familiares Rurais; e
- Representante do MEPES.

Face ao exposto, solicitamos apoio para aprovação do nosso Requerimento.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2015

ZÉ CARLOS

Deputado Federal (PT/MA)

ODORICO MONTEIRO

Deputado Federal (PT/CE)